

Uma análise histórico-literária da metáfora do escravizado nos romances *A escrava Isaura* e *Úrsula*: posições díspares

A historical-literary analysis of the metaphor of the slave in the romances “The slave Isaura” and “Úrsula”: disparate positions

Un análisis histórico-literario de la metáfora del esclavo en los romances “la esclava Isaura” y “Úrsula”: posiciones disparas

Robson Anselmo Tavares de Melo¹

Luciana Pereira da Silva²

Edvaldo Vieira de Souza Junior³

Resumo

MELO, R. A. T. de. Uma análise histórico-literária da metáfora do escravizado nos romances *A escrava Isaura* e *Úrsula*: posições díspares. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 91-116, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2217](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2217)

Este artigo se propõe a uma discussão multidisciplinar sobre a metáfora do escravizado nos romances *A escrava Isaura*, do mineiro Bernardo Guimarães, e *Úrsula*, da maranhense Maria Firmina dos Reis. A linguística, a literatura e a história entrelaçam-se contribuindo sobremaneira a partir de sua ótica. Da linguística, advém o conceito de metáfora a partir dos estudos de Roman Jakobson; da literatura, a reflexão a partir do Romantismo; e da história, a contextualização e revisionismo dos fatos pró-abolicionismo. Ademais, vale salientar que insertos no movimento literário Romantismo, os romances em questão possuem posturas díspares no que concerne a tessitura do escravizado.

Palavras-chave: Metáfora. Escravizado. *Escrava Isaura*. *Úrsula*. Multidisciplinar.

Abstract

MELO, R. A. T. de. A historical-literary analysis of the metaphor of the slave in the romances “The slave Isaura” and “Úrsula”: disparate positions. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 91-116, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2217](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2217)

This article proposes a multidisciplinary discussion on the metaphor of the enslaved in the novels *A escrava Isaura*, by Bernardo Guimarães from Minas Gerais, and *Úrsula*, from Maria Firmina dos Reis from Maranhão. Linguistics, literature and history intertwine, contributing greatly from his perspective. From linguistics, the concept of metaphor comes from the studies of Roman Jakobson; of literature, reflection from Romanticism and history, contextualization and revisionism of pro-abolitionist facts. Furthermore, it is worth highlighting that as part of the Romanticism movement, the novels in question have different positions regarding the fabric of the enslaved.

Keywords: Metaphor. Enslaved. *Slave Isaura*. *Ursula*. Multidisciplinary

Resumen

MELO, R. A. T. de. Un análisis histórico-literario de la metáfora del esclavo en los romances “la esclava Isaura” y “Úrsula”: posiciones disparas: disparate positions. *Rev. C&Trópico*, v. 48, n. 2, p. 91-116, 2024. Doi: [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2\(2024\)2217](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2217)

Este artículo propone una discusión multidisciplinaria sobre la metáfora del esclavizado en las novelas *A escrava Isaura*, del minero Bernardo Guimarães, y *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis de Maranhão. Lingüística, literatura e historia se entrelazan aportando mucho desde su perspectiva. Desde la lingüística, el concepto de metáfora proviene de los estudios de Roman Jakobson; de la literatura, reflexión desde el Romantismo y la historia, contextualización y revisionismo de hechos proabolucionistas. Además, vale la pena resaltar que como parte del movimiento Romantismo, las novelas en cuestión tienen diferentes posiciones respecto del tejido de los esclavizados.

Palabras clave: Metáfora. Esclavizado. *Esclava Isaura*. *Úrsula*. Multidisciplinario.

Data de submissão: 30/10/2023

Data de aceite: 11/10/2024

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. E-mail: robsonportilit@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3789-4250>

² Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: lu06pereira@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3520-4156>

³ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: edvaldovieira959@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7798-1201>

1. Introdução

A figura do escravizado não foi introduzida na literatura brasileira a partir do Movimento literário denominado Romantismo – século XIX – uma vez que, anterior a esse movimento, outros textos, como por exemplo, no Barroco (século XVII), com os sermões do Padre Antônio Vieira, já estava presente: “Em um engenho sois imitadores de Cristo Crucificado: porque padeceis de um modo muito semelhante ao que o mesmo senhor padeceu na sua cruz. [...]” *Sermão em que compara o sofrimento dos escravizados ao de Cristo*. Outro movimento anterior ao Romantismo em que tal figura já aparece é o Arcadismo (século XVIII). Temos, como exemplo, versos de *Marília de Dirceu*: “Tu não verás, Marília, cem cativos/ Tirarem o cascalho, e a rica, terra”. (Gonzaga, [s.d.]). Todavia, é, no romance de folhetins, gênero esse que ganhou forte notoriedade entre a classe burguesa especialmente no século XIX. Os folhetins caíram no gosto da classe dominante do Brasil no segundo império. Histórias fáceis, personagens lineares, desencontros amorosos, rapazes galantes, velhas fofoqueiras, cenários diversos de um Brasil que buscava seu reflexo nesse gênero oriundo da Europa. O tempero folhetinesco agradava sobremaneira a duas parcelas da sociedade: a mulher burguesa e os estudantes. Entre tantos personagens, emerge também a figura do escravizado, não raro como personagem sem tanta importância para trama. Todavia, Bernardo Guimarães e Maria Firmina dos Reis – escritores selecionados em nossa discussão – são alguns dos escritores que utilizaram em suas penas tais personagens. Embora *grosso modo* sejam, didaticamente, inseridos no mesmo movimento artístico-literário, concebem as personagens escravizadas *psicologicamente*⁴ díspares. Pois, Guimarães com sua *A escrava Isaura*, 1875, como veremos, não deu a dimensão que Reis em sua *Úrsula*, 1859, dera.

Salientamos que a proposta de nosso estudo se caracteriza como multidisciplinar uma vez que se entrelaçam pesquisas da linguística estrutural, da literatura brasileira e da história do Brasil aos estudos da língua(gem) desenvolvidos pelo russo Roman Jakobson especificamente os polos metafóricos e metonímicos, respectivamente baseados nos eixos associativos e sintagmáticos, do genebrino Ferdinand de Saussure. Ademais, destacamos que para Jakobson a poética é um evento linguístico. Assim, no tocante aos estudos de Jakobson nos basearemos em seus artigos *Os dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* em que discute sobre os respectivos polos, e, *Linguística e poética* em que reflete sobre a indissociabilidade dos estudos da poética dos da linguística. Ainda sobre o caráter

⁴ A respectiva palavra não foi empregada no sentido em que o Realismo literário a emprega, pois como são obras didaticamente inseridas no movimento Romântico no qual predomina as personagens lineares. Tal palavra não se refere aqui ao mundo interno das personagens, mas sim à consciência ou não de sua condição de escravizado.

multidisciplinar deste estudo, ressaltamos a presença da história nacional em especial através de sua vertente revisionista uma vez que para entendermos a diferença metafórica do escravizado nos folhetins dos autores supracitados, faz-se mister conhecer o panorama histórico do Brasil no século XIX (período esse da publicação das narrativas em questão) em especial sobre os movimentos abolicionistas que ganhavam as ruas em todas as esferas sociais. Ainda no que concerne ao elemento histórico, é de suma importância sua presença nessa discussão uma vez que proporcionará uma visão holística sobre a contextualização histórica do período da escritura das respectivas obras, pois a literatura não anda a reboque da história, mas reflete, não raro, o momento histórico em que está inserida. Com os óculos teóricos da linguística, poética e história, procuraremos ofertar ao leitor uma visão mais analítica de como os folhetins do mineiro Bernardo Guimarães e da maranhense Maria Firmina dos Reis concebem a figura do escravizado.

2. A *metáfora* e a linguística estrutural

Para iniciar nossa discussão sobre a *metáfora* nos estudos do russo Roman Jakobson (1896-1982), faz-se essencial entendermos que tal conceito advém da linguística estrutural, e foi, justamente, forjado com base nas pesquisas de outro linguista – Ferdinand de Saussure (1857-1913). Ressaltamos que chamamos de linguística estrutural àquela que foi inaugurada a partir da publicação *post mortem* dos estudos apresentados nos seminários ministrados na Universidade de Genebra pelo também suíço Saussure. Tais seminários ocorreram entre 1907 a 1911 e foram compilados em 1916 – *Curso de linguística geral* (CLG) – por dois de seus discípulos Charles Bally (1865-1947) e Albert Schehaye (1870-1947) com a colaboração de um partícipe dos seminários Albert Riedlinger (1882-1978). Bally e Schehaye não participaram dos seminários, tiveram acesso aos cadernos de alguns dos estudantes partícipes. Tão impactante foi essa compilação que valeu a Saussure o epíteto de *o mestre genebrino* uma vez que o *CLG* deu aos estudos da língua(gem) um corte epistemológico; não que tais estudos tenham surgido a partir dele. Pois, os estudos da língua(gem) já tinham uma longa tradição histórica de mais de 2 mil anos, pois gregos, romanos, hindus etc já tinham interesses nos estudos da língua(gem). Pontuamos que os estudos desenvolvidos anterior aos do *mestre genebrino* estavam atrelados a outros interesses epistemológicos que não, propriamente, os da língua(gem) em si.

Como expõe Weedwood (2002), a linguística é o estudo científico da língua(gem). Essa palavra, segundo a autora, começou a ser usada em meados do século XIX para enfatizar a diferença entre uma abordagem mais inovadora do estudo da língua(gem), que estava se

desenvolvendo na época com a efervescência dos estudos positivistas, e, a de uma abordagem mais tradicional da filologia, isto é, um caráter mais histórico-comparatista. Prossegue a autora: “a linguística como ciência autônoma, dotada de princípios e de metodologias investigativas consistentes, e a gramática tradicional” (Weedwood, 2002, p. 9). No tocante a essa autonomia da linguística em relação a outras ciências/interesses, Saussure pontua que o objeto de estudo da linguística é a língua “Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o primeiro lugar no estudo da linguagem, de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de um instrumento criado e fornecido pela coletividade”. (Saussure, 2012, p. 42).

Assim, a publicação do *Curso* representou uma “revolução copérnica” visto que os estudos anteriores eram voltados à representação do signo com o referente. Saussure traz à baila o conceito de signo linguístico, realidade formada por *significante* e *significado*, respectivamente, *imagem fônica* e o *conceito*. Esse conceito inaugura a arbitrariedade do signo, ou seja, para o linguista o signo não pretende assemelhar-se ao referente. Sobre a arbitrariedade do signo, Saussure discorre “[...] une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é um som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som [...]” (Saussure, 2012, p. 106). Afirma Castelar de Carvalho (2013, p. 23): “O grande mérito de Saussure está, antes de tudo, no seu caráter metodológico, um prolongamento de uma personalidade perfeccionista”. O autor discorre ainda que os estudos de Saussure dispostos no *CLG* são: língua/fala; sincronia/diacronia; relações associativas/relações sintagmáticas. Sobre essas últimas – relações – iluminaram as pesquisas de Jakobson para desenvolvimentos de seus estudos dos polos *metafórico* (substituição) e *metonímico* (contiguidade) tão caros para a nossa investigação, com destaque ao metafórico.

3. Roman Jakobson: o poeta da linguística

Na seção anterior, discorremos sobre a relação da *metáfora* (similaridade) e a linguística estrutural. Ciência essa que ganhou novo fôlego renovador com a publicação dos estudos – *seminários* – do genebrino Ferdinand de Saussure por dois de seus discípulos. Essa publicação renovou os estudos relativos à língua(gem), passando doravante à linguística estrutural “moderna”. Moderna devido a esse novo direcionamento que a ciência recebera com as pesquisas/ reflexões de Saussure.

Consoante Depecker (2012, p. 27), “além do mais, a linguística foi erigida como modelo das ciências humanas. Significa dizer que Saussure inspirou o conjunto dessas ciências até os nossos dias”. Dessa forma, a linguística, como esclarece Saussure (2012), não

está circunscrita apenas ao universo da língua(gem), pois tem relações estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Ele afirma “[...] a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas” (Saussure, 2012, p. 38).

O nome de Jakobson, conforme Blikstein (1988), ecoa nos estudos da língua(gem) como um linguista que não se circunscreveu às instâncias da linguística de teor estrutural, ou seja, aquela que estuda a língua como sistema de relações: “[...] a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (Saussure, 2012, p. 23). Ademais, salientamos que o nome de Jakobson está, intimamente, ligado ao *Ciclo Linguístico de Moscou*. Grupo de estudos esse que nasceu, sobretudo da preocupação de jovens intelectuais russos da década de 1910-1920 com o aspecto simbólico do som na poesia. Voltavam-se os participantes desse grupo com especial atenção para a substancialidade do poema, para a arquitetura formal, por assim dizer, razão essa que foram chamados depreciativamente de “formalistas” pelos que defendiam um rígido sociologismo no campo dos estudos literários.

Ressalta Blikstein (1988, 10): “o epíteto foi aceito desafiadoramente pelos integrantes do Círculo, que todavia nada tinham de formalistas no sentido pejorativo da palavra: malgrado sua preocupação com o elemento sonoro na estrutura poética”.

4. Os 388 anos de escravidão no Brasil: uma mancha indelével

No dia 15 de agosto de 2023, faleceu aos noventa anos na Serra do Rio Grande do Sul a atriz Léa Garcia que deu vida à vilã Rosa, de “Escrava Isaura” personagem do folhetim entre os anos de 1976/77 na TV Globo. Léa foi uma das grandes atrizes negras da televisão brasileira que conseguiram através da sua eloquência cultural fortalecer em sete décadas uma brilhante carreira associada a luta contra o racismo estrutural brasileiro e a sua infundada negação.

Entrementes, a telenovela em questão, ambientada no século XIX trouxe à baila a personagem Rosa, uma negra escravizada que preocupava a elite senhorial por não raro delirar entre a maldade e a sedução por algo que é estranho a sua consciência, mas prisioneiro e essencial a estrutura de dominação, vejamos: conviver e respeitar os privilégios de uma escrava de pele branca, enquanto negra e afrodescendente, isto é, existe em meu entorno um outro corpo escravizado que escapa aos padrões da senzala. Talvez seja interessante observar que, não deveria existir distinção, entre Rosa e Isaura, pois ambas são mulheres escravizadas.

Então, para Rosa se estabelece o dilema: Como suportar o cotidiano com Isaura, se eu Rosa não sou livre ao evento do meu nascimento e sobrevivo em completo desamparo com restante de toda a senzala.

Assim, Rosa deseja se expressar a partir da lógica da ordem escravista, tanto ela como Isaura em decorrência de serem tratados como “coisas” (e não pessoas) são tristemente considerados como bens semoventes independente da sua mestiçagem ou branqueamento. Aqui, a negra Rosa nutre a visão da transgressão as barreiras da vergonha e do nojo a Isaura, do horror e do perverso. A sua grande questão em todo o folhetim é de que a escravidão tem algo que é inatrável, expressão do desejo econômico patriarcal, uma lógica que pensa o humano como algo que é útil e necessário. Com efeito, recalca, censura e esconde a reprodução de uma dinâmica social que baliza o ódio e mascara o lugar de Isaura na sociedade pelo seu incomum branqueamento um campo que foge da realidade construída na ordem escravista que separa e destrói os corpos da população negra, com um fatalismo quase sempre inferido erroneamente como apatia e resignação por teorias científico-disciplinares de cunho racistas⁵.

Nesse contexto, a novela acompanha o processo da abolição que começava a ganhar corpo no país pelas mãos de muitos abolicionistas, entre eles o pernambucano Joaquim Nabuco. Na verdade, ressalta-se que havia uma distância entre a realidade jurídica pretendida pelos líderes abolicionistas e doravante sintetizada em um Estado escravista imperial por volta do final do Dezenove, no qual se via explodir muitos arbitramentos judiciais em decorrência das condições históricas, objetivas, das leis antiescravistas que embaralha o poder jurídico dos senhores em alforriar a partir do seu direito de propriedade.

Em outras palavras, essas condições subverteram inteiramente uma efetiva ruptura com o sistema de poder patriarcal que continuou presente e direcionando a justiça social não para uma sociedade multirracial de comunhão entre diferentes, mas que foi fundamentalmente absolvida por um racismo de base econômica que pautava corpos como escravo-coisa e que agora nega a existência do outro.

Assim, essa dificuldade recalca, censura e esconde a reprodução de uma dinâmica social que baliza o ódio e máscara o incomum branqueamento de uma escravizada que o folhetim produziu como uma doce moça branca de comportamento cândido religioso,

⁵ Segundo Lilia Schwarcz (1993), as teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo, começam a difundir-se a partir dos anos de 1870. Nesse contexto, se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimaram as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata.

portanto, incapaz de uma maldade com a outra, também como ela escravizada. Nessa perspectiva freyreana, se o conflito existe não deriva da existência do branco, pois esse a todo custo dentro do projeto colonizador sempre procurou ordenar as relações de exploração da mão de obra cativa com um afeto de quem deseja o doce açúcar da cana, mesmo que escamoteando a realidade em troca de um convívio harmonioso e sem fraturas. Tal proposta advém do mito de democracia racial que o respectivo autor imprimiu em sua célebre obra *Casa grande e senzala*. Obra essa Publicada originalmente em 1933.

Diante disso, observa-se que, a liberdade total dos povos da diáspora africana escravizados no Brasil ainda é um movimento social dentro de um conjunto de realizações que manifestam o objeto de saber e a consciência conquistada na esfera social e política sobre aqueles que insistem em tratar o racismo estrutural com relatos e narrativas apenas comemorativas. O motivo desse problema, em linhas gerais, refere-se a um gradiente de cor que estava estabelecido na figura do mulato brasileiro que teve seu corpo colocado como um ser movente entre homens que vestiam tecidos importados e faziam parte de uma estrutura randômica e patriarcal que na essência não vai sofrer alteração demográfica até a chegada dos imigrantes branqueadores da população, principalmente no centro-sul do país.

Dessa forma, por pressão dos ingleses, o patriarcado latifundiário foi obrigado a repensar a escravidão e as grandes empresas marítimas ligadas ao tráfico aceitam terminar, ao menos oficialmente, transumância de corpos pretos da África para o Brasil. Todavia, no ano de 1831 é votado o fim do tráfico. Entretanto, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, surge um negócio de tráfico semiclandestino de escravizados africanos. Sendo que, os números indicam que houve um decréscimo de 60 mil africanos desembarcados, em 1849, para 6 mil em 1851.

Por outro lado, o processo abolicionista que teve como propósito a luta contra a escravidão mesmo com os seus limites não teve forças suficientes para advir uma participação mais efetiva dos povos da diáspora africana que aqui foram trazidos para terem seus corpos subalternizados a fim de atender um projeto etnocêntrico e eurocêntrico do colonizador português. É sob essa bandeira que no Oitocentos vai emergir um propósito de liberdade que destoa em esforços múltiplos do projeto humanista coletivo da procura do bem e da justiça apregoado pela soteriologia jesuíta.

O que se precisa moderar, são os efeitos dessa resistência que se dizia progressista dentro de uma nação escravocrata e patriarcal na sua ênfase. Ademais, observando as estatísticas da população escravizada é possível aferir que na segunda metade do século XIX ela estava concentrada nas três províncias produtoras de café, Minas Gerais, São Paulo e Rio

de Janeiro. Segundo Thomas Skidmore (2012), nenhuma dessas regiões tinha menos de 27% de escravos na população geral. Confirmando esse dado, Robert Slenes afirma: “O auge desse movimento de transferência interna de escravizados ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através de portos do Rio de Janeiro e de Santos”. (Chalhoub, 1990, p. 50).

Diante disso, como a procura por braços sempre foi altíssima nas províncias do Sudeste, e pelo ciclo dessa quantificação os métodos disciplinares vão desembocar em racismo de penalidade perpétua. Em outras palavras, um problema de difícil solução. Sobretudo porque, o movimento abolicionista quando começa a ganhar opiniões de apoio para uma lei definitiva a favor dos negros, foi algo naturalmente percebido como consequência dos novos interesses econômicos senhoriais. Nesse sentido, no final do século XIX, será bem comum denúncias de violência contra negros feitas por abolicionistas contra senhores que acreditavam na falência do país sem a força dos braços africanos. Esse conjunto de fatores foi responsável por uma visão do negro como massa: incontinente, vagabundo e criminoso.

Não obstante, muitas vezes se afirma um arquétipo de sociedade que tem o indivíduo branco, machista e patriarcal como sujeito jurídico e isolado da diversidade cultural e de uma representatividade negra. Dessa forma, a sociedade que se apresenta hoje é tomada das formas de poder orgânico para o qual a diferença é pertinente ao status de uma democracia calculável que tem como princípio a manutenção dos sistemas. Mas não se deve esquecer que existe uma intervenção social do movimento negro contra o racismo, que inclui entre outras coisas visitas às famílias vítimas de preconceito racial, e a enorme disposição para o embate em busca da dignidade do povo preto de erguer a mão, a cabeça e não ficar mais calado.

Nesses processos, as pessoas relatam histórias cotidianas de discriminação que não chamavam a atenção da mídia. Logo, o Brasil ainda se encontra sendo lembrado como uma nação cruel e ingrata com os seus filhos negros, um prelúdio assombroso, uma realidade fabricada que continua gerando a perda de gerações de homens negros da periferia.

5. Os movimentos abolicionistas brasileiros

O esvaziamento do conceito a todo e qualquer trabalho compulsório do mundo contemporâneo, verificado, conseqüentemente, a partir da concepção liberal tornariam perfeitamente possível neutralizar o que fosse diferente do trabalho livre universal. Assim, posterior a Revolução Industrial que ora se inicia na Inglaterra no século XVIII e rapidamente se espalha pela Europa, trouxe o remédio acurado pelo Estado Moderno, que decretando em teoria o fim da escravidão propõe através das instituições políticas e com o peso da pena a

inserção do indivíduo na vida econômico material. Ou dito, de outra maneira, ficou definido a incontornável mudança das sociedades modernas na efetiva organização e emprego do trabalho livre.

Tais mudanças, em seu bojo continham para o seu ideal funcionamento regras de intercâmbio de preceitos morais típicas de um liberalismo clássico inglês que por pressão exigia do Brasil a extinção do tráfico internacional⁶. Dessa maneira, os desgastes da escravidão nos fins do século XIX fica-se impressionado com o crescente números de revoltas com simbolismo de sangue, as notícias de fugas corriam por toda a parte, havia assassinatos de senhores e por extensão inúmeras tentativas emancipadoras associadas à expansão dos movimentos abolicionistas por todo o Brasil.

Nesse contexto, a primeira Lei antiescravista de condenação da escravidão foi a negativa à prática do comércio de escravos com o Continente Africano, essa medida conforme supracitado, acarretou uma carência de mão de obra e com ela uma elevação do preço dos cativos, sendo assim, a lei em si provoca a abertura de outros espaços de comércio o que constitui em dupla face o fértil terreno onde germina o tráfico interprovincial, pois o papel de evitar ou neutralizar inversamente produz uma negação da sua eficácia.

Se compararmos a Lei Eusébio de Queiroz com a lei do Ventre-Livre, organizada pelo Visconde do Rio Branco e famosa por prever a liberdade de rebentos nascidos a partir de 28 de setembro de 1821, veremos um conflito entre a concessão da liberdade e do direito à propriedade. Como afirma Sidney Chalhoub, “discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo.” (Chalhoub, 1990, p.121).

Podemos localizar nesse impasse, diversos processos judiciais movidos por familiares contra senhores-proprietários em busca da alforria em um período próximo a própria Lei definitiva áurea, o que por si só implica o longo caminho percorrido pela tão sonhada liberdade. Além disso, entre outros problemas a lei em questão faz do Estado imperial um quase sócio do tráfico interprovincial ao não o proibir em definitivo. Podemos localizar nesse impasse, a própria dinâmica da lei que não definiu um prazo para a liberdade em definitivo e não revoga a pena de morte lavrada em 1835.

Sem alterar os atores sociais envolvidos, a Lei Saraiva-Cotegipe ou a Lei dos sexagenários aprovada em 28 de setembro de 1885, serviu apenas para postergar por longos 14 anos a abolição da escravidão. Revela-se uma Lei que, do ponto de vista humanitário, foi

⁶ O Parlamento inglês determinou o conhecido Bill Aberdeen, lei que dava o direito de busca nas embarcações típicas de tumbeiro, caso encontrasse equipamentos para esse fim estava justificada o procedimento da apreensão.

um desastre. Adstritos a péssimas condições de vida, poucos chegavam à idade de 60. Isso, certamente, era raro ocorrer.

Por fim, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 no seu Art. 1º comunica que, “É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”. Emaranhada nos acontecimentos da vida política do fim do império, essa lei em nada alterou historicamente a natureza racista do Estado e do povo brasileiro. Esse passado pode ser encarado como uma luta que não cessou pela efetiva integração da ancestralidade dos cidadãos brasileiros afrodescendentes na sociedade brasileira. Assim, urge reconhecer o dia 20 de novembro – dia que marca resistência do quilombo dos Palmares – em contraste com a lei promulgada em 13 de maio do respectivo ano. Ressaltamos que há emergência de se ressignificar um Brasil negro para contar por intermédio de uma construção afirmativa do negro levar ao sentir. Como se diz em um provérbio africano: “Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens”.

6. O folhetim romântico como gênero ideológico de valores burgueses do século XIX

Para que possamos entender, mais acuradamente, sobre a figura do escravizado nos folhetins *A escrava Isaura*, do mineiro Bernardo Guimarães, e, *Úrsula*, da maranhense Maria Firmina dos Reis. Ambos escritos no século XIX em que predominava nas letras literárias nacionais o movimento artístico literário denominado Romantismo. O folhetim de Guimarães foi escrito em 1875, e, o de Reis, 1859, possuem eles, didaticamente, teor da vertente ultrarromântica, pois os desencontros amorosos e os entraves para a plenitude amorosa se fazem presentes. Todavia, vale salientar que em *A escrava Isaura* o par amoroso tem o final feliz, o vilão morre; o que não acontece em *Úrsula* em que se dá a morte do par amoroso, o vilão tem um período para purgar-se, o que não acontece.

Toda essa trama, como veremos, é permeada por valores e ideais burgueses, ou seja, da classe social dominante no período. O romance de folhetim sai periodicamente em jornais e era acompanhado pela burguesia em especial as senhoras e os estudantes. De acordo com Abaurre e Pontara (2005, p. 302), “a década de 1830 trouxe para os moradores do Império uma nova forma de entretenimento: a leitura de romances estrangeiros, principalmente franceses trazidos e publicados em jornais na forma de folhetins”. Apontam as autoras (2005) que eles eram marcados por melodramas e finais felizes, faziam assim o gosto da Corte. Assim, escritores brasileiros, entusiasmados pelo sucesso dos folhetins franceses, aventuraram-se na criação de romances e, em 1843, Teixeira e Sousa lança *O filho do pescador*. Todavia o mérito de consolidar o respectivo gênero em terras nacionais recai para

Joaquim Manuel de Macedo quando lança, em 1844, *A moreninha*. Romance esse que congrega a atmosfera tão cara a esse público leitor que ansiava em reconhecer seus gostos nas tramas. Com isso, o romance entra no gosto nacional, muitos outros escritores surgem, temáticas diferentes emergem, todas destinadas a serem sucesso de consumo.

Sobre a relação entre o romance e o gosto do leitor, Bosi (1994, p. 127) destaca “as tentativas de ordenar os romances a partir de dados externos explicam-se pela natureza do gênero, voltado como nenhum outro para as realidades empíricas da paisagem e do contexto familiar e social de onde o romancista extrai [...] ambientações”. Nessa pretensa familiaridade, Bernardo Guimarães e Maria Firmina fazem cisões dentro desse gosto, mesmo com um tempero à base do melodrama tão característico para a época, uma vez que injetaram em nossas letras a figura do escravizado. Ou seja, os folhetins de outros autores a abordavam; porém, dentro de outra perspectiva, pois em ambos assumem papel significativo. Mesmo que, em certos pontos díspares, veremos a “ousadia” deles com essa inserção. Vale pontuar que no título da obra do escritor mineiro, o substantivo *escrava* aparece em evidência o que contrariava a tendência de então. Já, a escritora maranhense optou em nomear sua obra com o nome da protagonista – Úrsula – a qual se caracteriza como abolicionista. A ousadia da escritora, como já abordamos, dá-se na constituição psicológica de Susana e Túlio, escravizados pelo sistema cruel, mas que não se “rendem”, mesmo diante da morte/ aniquilação corpórea, todavia resta a luta e o ideal que perdurará em outras gerações.

7. *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães: uma quebra de paradigma folhetinesca

Romance folhetinesco lançado, em 1875, pela editora Garnier, de autoria Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, ou simplesmente, Bernardo Guimarães (1825-1884). Seu nome figura como patrono da cadeira de número 5 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse folhetim angariou grande sucesso, immortalizando o nome de seu autor nas letras brasileiras. Nascido em Ouro Preto – Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1851. Lá, tornou-se amigo do poeta ultrarromântico Álvares de Azevedo. Vale pontuar que, no século XX, *A escrava Isaura* teve adaptação para Tevê escrita por Gilberto Braga (1945-2021) gravada pela TV Globo, foi um grande sucesso, sendo exportada para mais de 150 países. No Brasil, essa telenovela foi várias vezes reprisada, sendo exibida também em outras emissoras afora a primeira.

Em relação à estrutura do romance, destacamos, possui 22 capítulos, seus personagens são planos, estáticos, isto é, permanecem com as mesmas características – defeitos e virtudes – do início da trama. Não apresentam surpresas para o leitor, a eterna rivalidade do bem x o mal.

Sobre isso, Fonseca (1998, p. 4) discorre: “Isaura é do princípio ao fim, a escrava submissa que reconhece o seu lugar. Suporta resignada a perseguição de Leôncio, as propostas de Henrique e as desconfianças de Malvina. Sem se rebelar, sem jamais de ser emocionalmente escrava”. Resignação essa tão querida pelos donos de escravizados. O final da trama é previsível com o triunfo do bem e o castigo do vilão – no caso a morte de Leôncio.

Ressaltamos que Guimarães também é o pioneiro no Brasil no que se refere ao romance regionalista. Quando escreve *O ermitão de Muquém* (subtítulo *História da fundação da romaria de Muquém em Goiás*), 1858, também publicado pela editora Garnier. Esse folhetim narra a devoção de um jovem a Nossa Senhora da Abadia às margens do Rio Tocantins. O regionalismo aqui ganha grande dimensão pelo fato de o autor destacar com detalhes os casos e costumes do sertão da região centro-oeste. Nesse folhetim regionalista, Guimarães emprega sobremaneira a característica que o marcará em todas suas obras, a técnica do contador de “causos”. Como podemos verificar na seguinte passagem do folhetim:

Pouso primeiro o crime - Capítulo I “O Valentão”. Na cidade de Goiás, antigamente Vila Boa, existia, há de haver mais de um século, um moço que por suas turbulências e espírito de valentia tinha adquirido a mais estrondosa nomeada por todas aquelas paragens. Era filho de pais abastados e de boa família; porém educado à larga, abandonado desde a infância a si mesmo, sempre em meio de más companhias, dotado além de tudo de índole inquieta e fogosa, este rapaz, que poderia ser um homem de bem e útil à sociedade, se uma educação regular tivesse dado salutar direção aos instintos de sua natureza, foi-se tornando um valentão famoso, talhado a molde para as galés ou para o patíbulo. Gonçalo, que assim se chamava, aplicou-se com ardor desde criança ao manejo de armas de toda a qualidade, a domar animais bravos, a caçar, a nadar, enfim a toda sorte de exercícios do corpo os mais rudes e perigosos [...] (Guimarães, 1858, p. 5).

Logo no início do folhetim, o autor servindo-se dessa técnica, já prepara o leitor para a narrativa que se seguirá:

Ao leitor cumpre-me dizer duas palavras ao leitor a respeito da composição do presente romance, o qual (seja dito de passagem) repousa sobre uma tradição real mui conhecida na província de Goiás. Consta este romance de três partes muito distintas, em cada uma das quais forçoso me foi empregar um estilo diferente, visto como o meu herói em cada uma delas se vê colocado em uma situação inteiramente nova, inteiramente diversa das anteriores. A primeira parte está incluída no Pouso primeiro, e é escrita no tom de um romance realista e de costumes; representa cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. É verdade que o meu romance pinta o sertanejo de há um século; mas deve-se refletir que é só nas cortes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e transformam de tempos em tempos pela continuada comunicação com o estrangeiro e pelo espírito de moda. Nos sertões, porém, costumes e usanças se conservam inalteráveis durante séculos, e pode-se afirmar sem receio que o sertanejo de Goiás ou de Mato Grosso de hoje é com mui pouca diferença o mesmo que o do começo do século passado [...] (Guimarães, 1858, p.1).

O ermitão de Muquém abriu passagem para outros autores de teor regionalista do movimento artístico-literário a que Guimarães é inserto – José de Alencar, Franklin Távora, Visconde Taunay etc – , ou seja, que abordam a sim como ele regiões interioranas do país. Contudo, pontuamos que sua obra mais bem avaliada pela crítica literária é *O seminarista*, 1872. De acordo com Olivierei (1998, p. 2-14), esse livro é o mais bem aceito do autor pelos especialistas. *O seminarista*, cuja primeira edição é de 1872, permanece atual porque questiona o celibato clerical, tema muito evocado em discussões tanto teologais/clericais quanto pelo *senso comum*. Sua temática conta a história de um fazendeiro de Minas Gerais que obriga o seu filho a ser padre. Eugênio, o filho, ama desde criança Margarida, filha de uma agregada da fazenda. Ele tenta abandonar persuadir seu pai para não ir ao Seminário de Congonhas em Minas Gerais, mas o pai, o capitão Antunes, inventa que Margarida se casou. Eugênio se ordena. Mas ele enlouquece no dia em que volta a sua cidade para rezar a sua primeira missa, pois se depara, na igreja, com um cadáver de Margarida, a qual tinha estado muito doente. Sendo uma obra, didaticamente, elencada no movimento Romântico. Movimento esse cujo maior público leitor é a burguesia, mais especificamente a senhora burguesa. Seria quase que inadmissível que o sacerdote deixasse o celibato para se casar, pois era contra os valores de uma sociedade que presa a seus “valores morais” predominantemente católicos, não aceitaria tal fim para as personagens, ou seja, o casamento entre elas. Outro folhetim de caráter regionalista de Bernardo Guimarães é *O garimpeiro*, 1872. Livro que trata da vida interiorana de Minas Gerais. O autor nesse utiliza além de vocabulário do universo do garimpo, palavras tipicamente do interior, reforçando ainda mais a técnica de contador de “causos”:

XV Abnegação O garimpeiro é como o jogador; sua esperança está sempre no seio da grupiara, como a do jogador nas cartas do baralho, nos dados ou no tabuleiro verde do bilhar; isto é, sua felicidade dorme na urna do acaso, de onde as mais das vezes nunca sai. Por mais que sejam os reveses com que a fortuna os maltrate, por mais que repila e os calque aos pés, esses cegos e pertinazes amantes estão sempre de rojo a mendigar favores aos pés daquela cruel e caprichosa amásia. Elias possuía ainda algum dinheiro e objetos de valor, restos que tinham escapado à depredação de seu execrável protetor do Sincorá, e que podiam servir de princípio a novas especulações [...] (Guimarães, 1872, p. 32).

Voltando à *A escrava Isaura*, como poderíamos classificar esse folhetim? Muito se tem discutido sobre a real posição da referida obra no que concerne à escravidão preta em nosso país. Teorias díspares vêm argumentando sobre o folhetim de Guimarães. Certo é que foi escrito em vigência do Romantismo brasileiro uma vez que sabemos que tal movimento artístico-literário deita suas raízes na burguesia. Ele nasce na Alemanha, mais precisamente com a publicação da obra *Werther*, de Goethe, em 1774; todavia firma-se na França em plena

Revolução Francesa. Onde se reveste mais ainda dos ideais e gostos da burguesia, que derrubara a nobreza e o clero, chegando ao poder, ditando seus valores também para as artes.

Fonseca (1998) destaca que situando a história nos primeiros anos do reinado de Pedro II e tomando como assunto o drama de uma escrava aparentemente branca, educada e bela, Bernardo Guimarães pretendeu mostrar ao público os “abomináveis e hediondos” crimes da escravidão e o aviltamento da pessoa pela distinção de classe. A brancura de Isaura pode ser notada na seguinte passagem:

Subamos os degraus, que conduzem ao alpendre, todo engrinaldado de viçosos festões e lindas flores, que serve de vestibulo ao edificio. Entremos sem cerimônia. Logo à direita do corredor encontramos aberta uma larga porta, que dá entrada à sala de recepção, vasta e luxuosamente mobiliada. Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenhavam-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-íeis misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração. Tinha a face voltada para as janelas, e o olhar vago pairava-lhe pelo espaço (Guimarães, 1998, p. 13).

Fonseca (1998) ainda ressalta que embora trate de um grave problema social humano, *a escravidão negra no Brasil*, o tema fundamental do respectivo romance é o amor, melhor dizendo, os sofrimentos do amor. Amor da infeliz escravizada impedida de amar livremente a quem escolhesse, amor egoísta do seu senhor – Leôncio, incapaz de admitir que sendo dono de Isaura, não era necessariamente, o dono de seu coração, como se verifica na seguinte passagem:

Leôncio impaciente e com o coração ardendo nas chamas de uma paixão febril e delirante não podia resignar-se a adiar por mais tempo a satisfação de seus libidinosos desejos. Vagando daqui para ali por toda a casa como quem dava ordens para reformar o serviço doméstico, que daí em diante ia correr todo por sua conta, não fazia mais do que espreitar todos os movimentos de Isaura, procurando ocasião de achá-la a sós para insistir de novo e com mais força em suas abomináveis pretensões. De uma janela viu as escravas fiandeiras atravessarem o pátio para irem jantar, e notou a ausência de Isaura [...] (Guimarães, 1998, p. 52).

Prossegue Fonseca (1998) ressaltando que se deve considerar que as concessões feitas aos preconceitos (da sociedade da época) não invalidam a posição antiescravagista do autor. Ficando claro no folhetim que Isaura é escrava apenas quanto ao seu comportamento submisso e indisposto a lutas e reivindicações, isto é, resignando-se muitas vezes:

– É verdade, meu pai; o meu carrasco dá-me a escolha entre dois jugos; mas eu ainda não sei qual dos dois será mais odioso e insuportável. Eu sou linda, dizem; fui

educada como uma rica herdeira; inspiraram-me uma alta estima de mim mesma com o sentimento do pudor e da dignidade da mulher; sou uma escrava, que faz muita moça formosa morder-se de inveja; tenho dotes incomparáveis do corpo e do espírito; e tudo isto para quê, meu Deus!?... para ser dada de mimo a um mísero idiota!... Pode-se dar mais cruel e pungente escárnio?!... [...] (Guimarães, 1998, 118).

Fisicamente, segundo Fonseca (1998), em nada diferindo das damas da sociedade da época. Objeto útil nas mãos dos seus senhores. Dessa forma, ressaltamos que a sociedade de então – século XIX – que tanto se condeou das desventuras da protagonista, aceitou-a porque era branca e nada havendo nela que desmerecesse “a abjeção do escravo” que tinham contra o escravizado. Por isso, não raro, vem à tona o questionamento sobre qual seria a real postura de Bernardo Guimarães pelo menos ao que se refere à abordagem nessa narrativa? Lembramos que na obra outros escravizados aparecem, entretanto a condição desses outros é ignorada pela trama. O que também parece não ter chamado a atenção dos leitores da época.

Ao longo do salão, defronte de largas janelas guarnecidas de balaústres, que davam para um vasto pátio interior, via-se postada uma fila de fiandeiras. Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas. Um conversavam, outras cantarolavam para encurtarem as longas horas de seu fastidioso trabalho. Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até à roliça e luzidia crioula, desde a negra brunida como azeviche até à mulata quase branca. (Guimarães, 1998, p. 21).

Entre as demais escravizadas, destacamos a personagem Rosa, a qual é tecida na trama como vilã, não havendo por parte do narrador “contador de causos” uma preocupação pela condição desta. Até, os demais escravizados não observam que essa é tão vítima das agruras da escravidão tão quanto a protagonista:

– Agora fica fazendo as vezes de sinhá Malvina, - acudiu Rosa com seu sorriso maligno e zombeteiro. – Cala a boca, menina! – bradou com voz severa a velha crioula. – Deixa dessas falas. Coitada da Isaura. Deus te livre a você de estar na pele daquela pobrezinha! se vocês soubessem quanto penou a pobre da mãe dela! ah! aquele sinhô velho foi um home judeu mesmo, Deus te perdoe. Agora com Isaura e sinhô Leôncio a coisa vai tomando o mesmo rumo. Juliana era uma mulata bonita e sacudida; era da cor desta Rosa mas inda mais bonita e mais bem feita...[...] (Guimarães, 1998, p. 22).

Outro personagem que carrega em si o ostracismo social devido a sua aparência disforme a qual não agrada à burguesia dominante que, não raro, relega às sombras os deficientes e não belos de fisionomia, é o personagem Belchior, considerado como monstruoso no folhetim. Assim descrito:

Isaura teria soltado um grito de pavor, se há muito não estivesse familiarizada com aquela estranha figura, pois era ele, sem mais nem menos, o senhor Belchior, fiel e excelente ilhéu, que há muitos anos exercia naquela fazenda mui digna e conscienciosamente, apesar de sua deformidade e idiotismo, o cargo de jardineiro. Parece que as flores, que são o símbolo natural de tudo quanto é belo, puro e delicado, deviam ter um cultor menos disforme e repulsivo. Mas quis a sorte ou o

capricho do dono da casa estabelecer aquele contraste, talvez para fazer sobressair a beleza de umas à custa da fealdade do outro (Guimarães, 1998, p. 14).

Noutra passagem, vendo-se rechaçado do amor de Isaura; por capricho, Leôncio dá-lhe a “condenação” de só receber a liberdade se casar com o criado Belchior, tentando evitar que ela se case com o rico e belo pernambucano Álvaro, verdadeiro amor de Isaura, seu redentor. Entende-se, então, que a sentença que a bela Isaura, de acordo com o Bernardo Guimarães, receberá é casar-se com alguém tido como abjeto:

- Quem, Leôncio? - Ora quem!... o Belchior.
- O Belchior!... exclamou Malvina rindo-se muito. Estás caçoando; fala sério, quem é?...
- O Belchior, senhora; falo sério.
- Mas esperas acaso, que Isaura queira casar-se com aquele monstrengo?
- Se não quiser, pior para ela; não lhe dou a liberdade, e há de passar a vida enclausurada e em ferros.
- Oh!... mas isso é demasiada crueldade, Leôncio. De que serve dar-lhe a liberdade em tudo, se não lhe deixas a de escolher um marido?... Dá-lhe a liberdade, Leôncio, e deixa ela casar-se com quem quiser.
- Ela não se casará com ninguém: irá voando direitinho para Pernambuco, e lá ficará muito lampeira nos braços de seu insolente taful, escarnecendo de mim... [...] (Guimarães, 1998, p. 74).

Em nossa discussão, não pretendemos detratar a literatura de Bernardo Guimarães, pois entendemos que representa uma ousadia temática para sua época uma vez que assim como Castro Alves com seu poema *Navio negreiro ou tragédia no mar*, inserto no livro *Os escravos*, 1883, a figura do escravizado ganhou notoriedade em nossas letras. Também, pontuamos que textos acadêmicos – Trabalhos de conclusão de cursos (TCC), quanto dissertações e teses – se debruçam sobre a obra de Bernardo Guimarães, especialmente, *A escrava Isaura*, tanto para lhe elogiar pela inclusão da figura do escravizado como também para lhe fazer ressalvas sobre a tessitura de tal personagem. Certo é que tal inclusão representou um grande passo em nossas letras, contudo as marcas do gosto da classe dominante são perceptíveis. Tal gosto é abordado por José de Alencar no prefácio do romance *Sonhos d'ouro*, 1872,: “Ainda romance! Com alguma exclamação, nesse teor, hás de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno. Não faltará quem te acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por aí anda a fabricar romances e dramas aos feixes. Musa industrial no Brasil!” (Alencar, 1972, p. 3). Certo é que Bernardo Guimarães morreu em 1884, isto é, quatro anos antes da incompleta Lei Áurea. Chamamo-la de incompleta uma vez que não apresenta políticas públicas para quando os escravizados deixarem os grilhões. Falta essa que fomentou ainda mais a disparidade social na sociedade brasileira, pois sem o amparo social, muitos ex-escravizados não tinham outra opção além de criarem favelas, comunidades populacionais marcadas pela construção informal. Hoje,

preferencialmente, chamadas de *comunidades*, devido ao teor pejorativo que o vocábulo anterior encerra. Na próxima seção, abordaremos a vida e a obra da maranhense Maria Firmina dos Reis, cujo nome foi levado ao ostracismo por ser mulher e preta. Anterior à obra de Bernardo Guimarães, sua obra *Úrsula*, 1859 – dezesseis antes da obra de Guimarães – focaliza o escravizado sob outra postura – altivo.

8. *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis: um folhetim *sui generis*

Úrsula é um Romance que didaticamente está inserto no movimento Romântico, é o primeiro folhetim nacional escrito por uma mulher. Sua autora é Maria Firmina dos Reis (1825-1917), nordestina, maranhense, professora, preta, uma das primeiras mulheres a passar em um concurso público em seu estado. Embora esse folhetim tenha uma grande dose do Romantismo Ultrarromântico, o que o faz *sui generis* é forma como a autora constrói as personagens escravizadas – Preta (Tia) Susana e Túlio. Ou seja, ela não lança mão do processo vitimizatório tão em voga em folhetins no século XIX que continham tais personagens. Por ser mulher e preta, podem ter sido esses os pontos agravantes que fizeram sua obra ser relegada ao ostracismo há tantos anos, até ser redescoberta por acaso. Firmina publicara o respectivo folhetim em 1859 sob o pseudônimo de *Uma Maranhense* pela Typographia do Progresso.

De acordo com a especialista em história da escravidão, professora Maria Helena Pereira Toledo Machado, da Universidade de São Paulo, “Foi apenas na década de 1970, quando já fazia mais de um século que o romance *Úrsula*, da pena da maranhense Maria Firmina dos Reis, havia sido anunciado⁷ [...]”. Machado (1928, p. 7) ressalta ainda que tal ostracismo começou a mudar quando o biógrafo e colecionador Horácio de Almeida descobriu, em meio a um lote de livros antigos adquiridos no Rio de Janeiro, um volume pequeno em cuja folha de rosto lia-se: *Úrsula/Romance Original Brasileiro/Por Uma Maranhense/Na Typographia do Progresso/Rua Sant’Anna, 49 – 1859*. Foi, então, conforme Machado (2018), que Almeida foi perscrutar fontes a fim de descobrir mais, detalhadamente, sobre a autora em questão. Instigava-o fato do esquecimento daquele nome na história literária nacional. Descobriu, então ele, tratar-se de uma professora de primeiras letras da Vila de Guimarães/Maranhão. O romance continha data de publicação anterior a publicações de outras mulheres no Brasil. No que concerne à figura do escravizado também é anterior ao famoso poema *Navio negreiro ou tragédia no mar* (do livro *Os escravos*) cuja autoria é do

⁷ Segundo a professora, o fragmento citado é de autoria de José Nascimento Morais Filho – Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

baiano Castro Alves, datado de 1883. Pontos que fazem Reis ser pioneira nas letras de autoria feminina em nosso país como também ter antecipado ao poeta baiano no que se refere à inserção da figura do escravizado.

Ressalta Machado (2018) que, basicamente, o enredo de *Úrsula* está sim inserto no Romantismo de caráter ultrarromântico assim como também a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães está. Assim, “Centrado num par trágico de jovens brancos enamorados, com uma abordagem crítica à escravidão e à sociedade escravista e patriarcal, além de pôr em relevo personagens africanos afro-brasileiros escravizados que refletiam sobre o mundo que os rodeava de injustiças [...]” (Machado, 2018, p. 8). Em relação ao casal de brancos enamorados, são eles: a jovem Úrsula, órfã de pai, mora com a mãe. Destaca-se por suas ideias antiescravistas. Ela gosta do jovem Tancredo que assim como a amada, também é antiescravista. Assim, como a jovem Úrsula, Tancredo é puro e altruísta. Os dois têm as vidas marcadas por decepções amorosas e familiares. Tais desencontros que impossibilitam a plenitude do amor entre o casal ratifica sobremaneira a inserção do ultrarromantismo do folhetim.

Com dosagens de ultrarromantismo, a tragédia marcou o destino dos dois amantes: Tancredo é assassinado por amor a Úrsula; ela enlouquece e morre. O pivô da infelicidade do casal é o comendador Fernando P. (tio de Úrsula) o qual após matar Tancredo, e, perder Úrsula; reclusa-se em um convento e morre proferindo palavras de ódio ao falecido Tancredo e palavras de amor ao objeto de seu amor. Confirmamos a seguir os destinos das personagens:

Morte de Tancredo:

[...] Tancredo, esse ósculo trespassou-me o coração de ciúme. Só o teu poderá purifica-la ante mim, que jurei esposá-la. Prepara-te para morrer!...
- Covarde!... Miserável assassino – exclamou o mancebo atirando-se sobre o seu adversário. – Respeita ao menos a pureza de Úrsula, não calunies a sua inocência.
Luta desesperada travou-se entre ambos. Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão. (Reis, 2018, p. 194).

Morte de Úrsula:

O sacerdote murmurava com melancólico acento o salmo dos defuntos; mas comendador o não compreendia; porque Úrsula morria, e ele tinha sido a causa, A dor e o remorso tiraram-lhe os sentidos, e caiu por terra.
O padre não deu fé desse acidente e continuou a orar fervorosamente. E a oração dos seus lábios subia ao céu como nuvem de incenso que por muito tempo ondula em torno do altar e sobre a Deus.
Era o perfume, que precedia à alma da donzela. (Reis, 2018, p. 205).

Morte do comendador Fernando B.:

- Tancredo! Continuou com ódio. – Tancredo, roubaste-ma! Cedo tornar-nos-emos a encontrar no outro mundo e lá ainda te pedirei contas como neste! [...]
Houve então uma longa pausa. Faltavam as forças ao moribundo, cujo peito ansiava como combatido por uma luta terrível e renhida.
Fez um último esforço, porque sentia as prisões da vida despedaçarem-se, e estendendo os braços, tomou o Crucificado, levou-o aos lábios, e pondo-o sobre o coração, exclamou demonstrando o mais profundo arrependimento. (Reis, 2019, p. 209-210).

Dessa forma, como se observa, o desfecho da narrativa do respectivo núcleo romântico é trágico, bem ao estilo dos textos ultrarromânticos. A última frase arremata tal caráter do folhetim: “No convento..., junto ao altar da Nossa Senhora das Dores, encontra-se uma lápide rasa e singela com estas palavras – ORAI PELA INFELIZ ÚRSULA! (Reis, 2018, p. 210). Em meio ao cenário maranhense e as desventuras do triângulo amoroso; emerge, mesmo não sendo o ponto nevrálgico da ficção, as personagens escravizadas: a africana sequestrada Preta (tia) Susana e o afrodescendente Túlio. Maria Firmina dar-lhes voz de indignação e altivez. Empresta a autora a essas personagens a voz da luta contra as agruras da escravidão. Não se sabe se a autora tenha tido consciência da grandeza de tal introdução em nossas letras, ela iniciara em nota ao leitor com modéstia ao enunciar que fora escrito por uma mulher:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? – perguntará o leitor. Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. (Reis, 2018, p. 47).

Enganou-se a autora quando o chama de “mesquinho” e “humilde” uma vez que nada há nele que o detrate. O tempo tratará de dar-lhe o devido valor. Mesmo sendo-nos cômicos de que o nome de Maria Firmina dos Reis, ainda há uma longa estrada a ser trilhada para o reconhecimento total em nossas letras. Citamos reconhecimento não só pela crítica, pois essa já lhe reconhece o valor literário, mas, sim, fazer-se conhecido o nome dessa escritora junto ao público leitor.

Sobre o pioneirismo da autora no tocante à tessitura de suas personagens escravizadas – Túlio e Preta (tia) Susana. Sobre elas, Monteiro (2018, p. 40-42) discorre que o jovem Túlio sabe que é merecedor de um tratamento socialmente digno, porém, ao mesmo tempo, sua condição o faz tremer diante de quaisquer proximidades com os brancos:

— Homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: — És meu! — Ele curvou a fronte, e humilde, rastejando qual erva, que se calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam “escravidão”?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! (Monteiro, 2018, p. 40).

Ainda sobre Túlio e seu pensamento questionador, prossegue o narrador:

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonha que a engolfara, e a realidade opressora lhe aparece: é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira. (Reis, 2018, p. 40).

Em relação à Preta (tia), Susana, ela fala com saudades da longínqua e tão amada África, onde era feliz com seus familiares, até ser capturada e trazida como um “animal irracional” para as agruras da escravidão:

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

— Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade!

— continuou Susana com amargura — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2018, p. 69).

Com o fragmento supracitado, expomos, com mais clareza, o porquê no título dessa seção, consideramos *Úrsula* como um romance *sui generis*. Pois, Maria Firmina foi vanguardista em tecer uma personagem escravizada – no caso duas - consciente de sua condição (nesse ponto reside o fato de ser *sui generis*), todavia ativa uma vez que foi livre em sua terra e por essa condição luta/lutará e morrerá para ter direito a ela de volta. Como ser humano, tem direito a gozar da felicidade, a cor da pele não seria/ é condição para exclusão ou para sentimento de superioridade ou de inferioridade. Túlio e Susana são representantes desse grupo que foi/ é marginalizado, rechaçado e escravizado, todavia ajudou/ajuda a

construir a nação brasileira. A sociedade que não lhes deu direitos, mas que suscitava à força sua mão de obra para construir o Brasil. Túlio e a Preta (tia) Susana são representantes, idades diferentes, mas que compartilham a *dor* da desumanização imposta por uma sociedade hipócrita uma vez que se diz religiosa, e escraviza o seu semelhante.

9. Confronto entre a figura do escravizado em *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis.

Como decantado desde o início de nossa discussão, as obras *A escrava Isaura* e *Úrsula* representam dois textos ficcionais que em meio do século XIX incluíram em suas tramas a figura do escravizado. Vale ressaltar que a narrativa de Bernardo Guimarães foi escrita em 1875, e, a de Maria Firmina dos Reis em 1859. Ou seja, são textos anteriores à Lei promulgada pela princesa Isabel, isto é, a lei que de forma geral põe fim ao cativeiro em terras brasileiras. Também ressaltamos que são folhetins anteriores ao célebre poema *Navio negreiro ou a tragédia do mar*, do baiano Castro Alves, publicado em 1880. Nesse contexto, os textos de Guimarães e de Reis são ousados para sua época uma vez que a elite leitora poderia recusá-los pelo destaque que ambos põem à figura do escravizado em suas tramas. Salvaguardando as diferenças, a ideia em pró do abolicionismo no Brasil está presente em ambos.

Nesse ponto, tais narrativas fazem eco ao grito de abolicionistas brasileiros como André Rebouças (1838-1898), Rui Barbosa (1849-1923), Aristides Lobo (1838-1896), Luís Gama (1830-1882), João Clapp (1840-1902) e Castro Alves (1847-1871). Com tantos setores sociais gritando em pró da libertação dos escravizados, a literatura não poderia ficar incólume ante a tais pressões sociais. Era preciso refletir, conscientizar, gritar, anunciar, reivindicar, pois leis que visavam à liberdade de tantos homens e mulheres escravizados já se viam delineando no cenário nacional, cada uma paulatinamente preparando o horizonte do fim dos grilhões, são elas: Eusébio de Queirós (1850), *Ventre Livre* (1871), *Sexagenário* (1885), até chegar a tão sonhada lei Áurea (1888). Ademais, registramos que o romance de folhetins chegara ao Brasil em pleno século XIX, ou seja, um novo gênero literário adentrava no gosto da classe média burguesa, sedenta em histórias fáceis que apresentassem narrativas que se assemelhassem aos seus gostos – histórias recheadas de mocinhos, mocinhas casadoiras, heróis, vilões, paisagens nacionais exuberantes etc. Nas palavras de Bosi (1994, p. 128) “o romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito do que o atual [...] enfim um tipo de leitor à procura de entretenimento, que não percebia muito bem a diferença de grau entre Macedo e Alencar urbano”. Todavia era preciso também adentrar em questões sociais

mesmo que de forma sùtil. Assim, o destaque que aqui damos às narrativas discutidas em nossa proposta. Uma literatura que emerge como engajada, que traz em suas linhas a semente da conscientização em vislumbre a algo maior, não apenas o entretenimento. O romance traz em seu cerne várias esferas: o regional, o urbano, o suburbano, o social, o cômico, o regionalista, o indigenista e por que não o abolicionista?

No que se refere à língua(gem), baseando-nos nas pesquisas sobre os polos metafóricos e metonímicos desenvolvidos por Jakobson (1988) constatamos que em *A escrava Isaura* e em *Úrsula* o escravizado representa a metáfora daqueles que têm sua liberdade cerceada, a saber: Isaura, no folhetim de Guimarães e Susana e Túlio, em Reis. Porém, o que há de díspares no comparativo entre esses dois textos? Bernardo Guimarães volta seu interesse a uma personagem escravizada de cor branca – o que se pode verificar na seção 6 deste -. Assim nas palavras de Fonseca (1998, p. 6) “Fica claro no romance que Isaura é escrava apenas quanto ao seu comportamento submisso e indisposto a lutas e reivindicações. Fisicamente em nada difere das damas da sociedade de época”. “Isso é perceptível em: “Os encantos da gentil cantora eram ainda realçados pela singeleza” (Guimarães, 1998, p. 13), e também: “ – Perdoe-me, sinhá Malvina; - replicou a escrava com um cãndido sorriso” (Guimarães, 1998, p. 15). Ressaltamos que mesmo sendo uma personagem branca, educada, mais próxima ao estereótipo das damas da alta classe de seu tempo, Guimarães foi à frente de seu tempo ao incluir no título de seu folhetim o substantivo *escrava*. Reis por outro lado não nomeia seu texto com os nomes dos escravizados nele componentes: Susana e Túlio; mas os distingue em suas atitudes de dignidade e altivez pela sua cor e ancestralidade: “As reflexões de Túlio caminha em direção contrária às fantasias de uma escravidão benigna” (Reis, 1998, p. 41). Ambos os textos não deixam de apresentar em suas páginas as marcas de um ultrarromantismo. Em Guimarães, o drama dos desencontros pela condição de escravidão da bela Isaura, que Leôncio (antagonista a tem como posso) dificulta a liberdade da jovem para amar o jovem Álvaro. Em Reis, o casal Úrsula e Tancredo lutam para realizar o seu amor, contudo sucumbem aos infortúnios da vida, sem a realização completa.

Isaura é uma escrava diferenciada das outras de sua trama, por ser clara, ter uma cultura diferenciada dos demais, chamou atenção do público leitor, contudo continua sendo escravizada. Seu autor deu ao público um romance cuja protagonista é alguém que está no cativo, um pioneirismo para o período. Susana e Túlio são escravizados na narrativa de Reis. São pretos, não têm a cultura da protagonista de Bernardo Guimarães, entretanto são altivos, sabem que seus antepassados foram livres na África. Susana conheceu a liberdade na

mãe África, berço de seu povo. Os três personagens em sua singularidade são metáforas representativas da perda da dignidade humana, isto é, quando um ser humano é subjugado por outro, cerceado em seu direito a uma vida sem senzalas. É justamente na senzala que a disparidade entre esses três personagens é rompida, pois cada um a seu infortúnio foi privado à liberdade.

Como nossa proposta, grosso modo, é de teor histórico-literário uma vez que convocamos o conhecimento histórico a fim de entendermos o escravizado como metáfora motriz nos respectivos folhetins. Desse modo, salientamos que o escravizado a metáfora que sustenta a narrativa como na obra de Bernardo Guimarães, pelo menos tem papel significativo como no de Reis. Retornando à *Escrava Isaura*, de forma, interna, pontuamos o contraste entre o perfil da protagonista e da outra escravizada Rosa. Ambos, genericamente, teriam a mesma condição, contudo mediante a proposta da narrativa, a preocupação do leitor recai na branca Isaura, e não em Rosa, por ser preta. Rosa é construída na narrativa como perversa, invejosa e ardilosa para com a protagonista. Isso não angariando, com certeza, o gosto do leitor, tanto é que ao término do folhetim, a protagonista ganha a liberdade e o casamento com Álvaro. A outra continua como escravizada. Formando assim a eterna dicotomia entre o bem, no caso a branca, e, a má, no caso aqui a preta.

Assoma-se aos estudos dos polos de Jakobson, o artigo *Linguística e poética* ([1960], 1988), também inserto no livro *Linguística e comunicação* (1988). Nesse artigo, o autor defende que tudo que diz respeito à língua(gem) é de interesse do linguista. Sendo assim, não se concebe, conforme o autor ([1960], 1988), a divisão entre o interesse da linguística e o da poética (literatura). Nesse caso, a obra literária é um evento linguístico e como tal é do interesse do estudioso da língua(gem). Tomando a respectiva teoria como embasamento teórico, entendemos que *A escrava Isaura e Úrsula* são eventos linguísticos em que a linguagem é empregada em sua performance conotativa.

10. Considerações finais

Foram mais de 300 anos de escravidão em nosso país que deixaram uma marca indelével de dor e de sofrimento nas páginas de nossa história. Marca essa que, mesmo que tenhamos o interesse de amenizá-la, nunca conseguiremos nos redimir ante a tantos homens e mulheres, que aqui chegaram e ajudaram a construir a nossa nação, mas que foram enjaulados, maltratados, concebidos como animais irracionais – não raro os animais de estimação eram mais bem tratados do que os escravizados. Um país que deve por demais a esses homens e mulheres oriundos da mãe África. Dessa forma, com olhares multidisciplinares, a saber:

língua(gem) e a história. Procuramos discorrer a partir de dois textos da literatura sobre como eles concebem a figura do escravizados em suas tramas: *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Salientamos que, como tantas vezes aqui abordado, são insertos do mesmo movimento artístico-literário, Romantismo de vertente ultrarromântica. Movimento esse que deita suas raízes na Europa branca. Chega ao Brasil em meados do século XIX, período esse que nas ruas já começavam a fervilhar os gritos em pró da abolição. Intelectuais de áreas distintas como escritores, jornalistas, advogados, universitários, professores etc se uniram para acabar com os grilhões em nosso país. Ressaltamos que os olhares multidisciplinares aqui convocados trouxe luz para um olhar mais aguçado sobre os referidos textos especificamente a forma como a figura do escravizado é tecida metaforicamente em suas fimbrias. Da língua(gem), ancoramo-nos nos estudos dos polos estudados por Jakobson em que pudemos constatar que além da presença dessa personagem, outros pontos sobre ela se fazem presentes metonimicamente. Da história, pudemos observar o quão significativa foi a campanha contra a escravidão em nossas terras, mesmo que tenha sido de forma lenta e gradual. Pois bem! No texto de Guimarães, o drama da escravidão foca na figura de uma escravizada de pele clara. Fato que comovia o público leitor em uma “identificação”. Ou seja, ela não poderia passar por isso de acordo com a ótica dos leitores. Seria uma metáfora da protagonista padecente, mesmo que haja outros/as escravizados na obra, porém de pele escura. Já, Reis assim como Guimarães constrói uma obra com teor ultrarromântico visto que há um núcleo amoroso composto por dois jovens altruístas. Seu diferencial é o fato de o escravizado em sua obra ser ativo, ou seja, cômico de seus direitos como humano, pois lhe foi roubada a liberdade, mas não a consciência. Bernardo Guimarães, mesmo tendo construído uma personagem de pele clara, teve a audácia de em seu título utilizar o substantivo ESCRAVA o que seria quase impensável para um folhetim da época. Sua obra ganhou notoriedade, no século XX recebeu várias adaptações para novelas as quais foram exibidas no Brasil e em vários países. Maria Firmina dos Reis por ser mulher e preta sofreu por parte das autoridades editoriais uma tentativa de apagamento. Contudo, seu texto vai além do de Guimarães ao se tratar do escravizado uma vez que o constrói, como observamos, não com um sentimento de vitimizado, e sim ativo. Os dois autores empregam similarmente a respectiva metáfora, porém cada um a constrói de forma singular. Ademais, ratificamos que o diálogo interdisciplinar possibilitou uma análise mais contundente sobre a problemática histórico-literária a que os dois textos se propõem. Em síntese, muito ainda se tema a discutir sobre o reconhecimento do papel dos pretos e pretas em nossa história ontem, hoje e futuramente. O dia 20 de novembro – dia da consciência negra – nos convoca a refletir.

Referências

- ABAURRE, Maria Luíza M.; PONTARA, Marcela. *Literatura brasileira: tempos, leitores e leituras*. Volume único. São Paulo: Moderna, 2005.
- ALENCAR, José Martiniano de. *Sonho d'ouro*. Versão para e-book. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. 1872.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Edição 49ª. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BLIKSTEIN, Izidoro. Prefácio. *In: Linguística e comunicação*. JAKOBSON, Roman. Prefácio de Izidoro Blikstein. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DEPECKER, Loïc. *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Fada? Anjo? Deusa? Escrava. *In: A escrava Isaura*. GUIMARÃES. Bernardo. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.
- GUIMARÃES, Bernardo. *O garimpeiro*. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo, 1872.
https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/O%20Garimpeiro.pdf. Acesso em 1º out.,2023.
- GUIMARÃES, Bernardo. *O ermitão de Muquém*. Ministério da Cultura – Fundação da Biblioteca Nacional – Departamento Nacional o Livro, 1858.
https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/ermitao.pdf. Acesso em: 1º.10.2023.
- GUIMARÃE, Bernardo. *A escrava Isaura*. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Prefácio de Izidoro Blikstein. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e poética*. In: Linguística e comunicação. Prefácio de Izidoro Blikstein. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI*. In: Úrsula. São Paulo: Penquin e Companhia das Letras, 2018.
- OLIVIERI, Antônio Carlos. Um contador de casos profissional. *In: A escrava Isaura*. GUIMARÃES. Bernardo. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.
- REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. São Paulo: Penquin e Companhia das Letras, 2018.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlienger. Prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter. *Uma História do Negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Escravidão e Cidadania: a experiência histórica de 1871*. In: Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Cia da Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.